

ANÁLISE DA COBERTURA DO PROGRAMA DE RASTREAMENTO DE CÂNCER DE COLO DO ÚTERO E MORTALIDADE POR ESSA CONDIÇÃO EM SANTA CATARINA/BRASIL, 2014-2016.

Célia Adriana Nicolotti¹
Tatiane Baratieri²
Jéssica Mascena de Medeiros³
Maria Simone Pan⁴

Eixo: Planejamento e Gestão dos Sistemas de Saúde

Resumo:

Objetivo: Analisar a cobertura do Programa de Rastreamento do Câncer de Colo do Útero no Estado de Santa Catarina (SC) e a taxa de mortalidade por essa condição. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, com coleta de dados no Sistema de Mortalidade e Sistema de Informação Ambulatorial (SIM-SIA/DATASUS). Foram extraídos dados referentes a número de citopatologias de rastreamento realizadas em mulheres residentes na faixa etária de 25-64 anos, no período de 2012-2016, e ocorrência de óbitos por câncer de colo de útero nas 16 Regiões de Saúde de SC no período de 2003-2013. Foram calculadas taxas de mortalidade e razão de cobertura utilizando censo populacional IBGE/2012. A tabulação dos dados se deu por meio do programa Excell, versão 2010 e análise de dados por estatística descritiva simples. **Resultados:** SC apresentou uma razão de cobertura de rastreamento de câncer de colo de útero de 0,67 em 2012, 0,63 em 2013, 0,38 em 2014, 0,55 em 2015 e 0,56 em 2016. Em 2016 a razão de exames variou entre as Regiões sendo de 0,35 na Serra Catarinense e 0,92 na Região Oeste. Já em relação a taxa de mortalidade por Câncer de Colo de Útero, observa-se que se mantém estável ao longo dos anos analisados, sendo 4,02 em 2003 e 4,51 por 100.000 mulheres em 2013. **Conclusão:** A cobertura de citopatologia de rastreamento tem variado no Estado, entre as Regiões e ao longo dos anos. Apesar de ser um programa já consolidado nas práticas das equipes de atenção primária a saúde (APS), observa-se que a mortalidade por essa condição não tem se modificado no período estudado. Diminuir a mortalidade não depende apenas do rastreamento, mas também do acesso ao diagnóstico e ao tratamento oportuno, condição que exige trabalho integrado entre os pontos de atenção à saúde. Além disso, uma limitação do SIA é que o dado coletado se refere ao número de citopatológicos realizados, sem dados do perfil da mulher submetida ao exame, e o cálculo da razão de exames considera a periodicidade recomendada para coleta, isto é, a cada 3 anos. No caso, se os exames realizados seguirem rotina anual, e não a cada 3 anos, o indicador está sendo superestimado. O presente estudo serve de subsídio para que sejam elaboradas estratégias de avaliação para melhoria dos sistemas de informação, a fim

¹ Mestre. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: celia.nicolotti@gmail.com

² Mestre. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: baratieri.tatiane@gmail.com

³ Mestre. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jessicamascena@yahoo.com.br

⁴ Mestre. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: masipan@gmail.com



ANAIS

de elaborar políticas públicas mais assertivas. Além disso, os dados evidenciaram ainda elevada taxa de mortalidade e baixa razão de exames realizados, implicando na necessidade de aprimoramento das ações de prevenção, rastreamento, diagnóstico e tratamento do referido agravo.

Palavras-chave: Rastreamento; Câncer de Colo do Útero, Mortalidade.